

A Produção do Conhecimento Geográfico

3

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

A Produção do Conhecimento Geográfico 3

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento geográfico 3 [recurso eletrônico] /
Organizadora Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2018. – (A Produção do Conhecimento
Geográfico; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-80-2

DOI 10.22533/at.ed.802181211

1. Ciências agrárias. 2. Percepção espacial. 3. Pesquisa agrária
– Brasil. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 630

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “A Produção do Conhecimento Geográfico” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, apresenta, em seus 15 capítulos, discussões de diferentes vertentes da Geografia humana, com ênfase na epistemologia e gênero. A Geografia humana engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia humana, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras e etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo, e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação de trabalho, mas também são incluídos fatores econômicos, naturais, tecnológicos e gênero.

Neste sentido, este volume dedicado a Geografia humana, apresenta artigos alinhados com a epistemologia e o gênero. A importância dos estudos geográficos dessas vertentes, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos geógrafos em desvendar a realidade dos espaços escolares.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

SUMÁRIO

PANORAMAS TEÓRICO-METODOLÓGICOS EM GEOGRAFIA HUMANA

CAPÍTULO 1	1
REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS: A ESCALA DIALÉTICA UNIVERSAL – PARTICULAR–SINGULAR NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO ¹	
Átila de Menezes Lima	
João César Abreu de Oliveira Filho	
CAPÍTULO 2	13
A CONCEPÇÃO DE MÉTODO EM RICHARD HARTSHORNE	
Wesley de Souza Arcassa	
CAPÍTULO 3	28
A IMPORTÂNCIA DA CONEXÃO KANT-HETTNER-HARTSHORNE À HISTÓRIA DA GEOGRAFIA	
Wesley de Souza Arcassa	
CAPÍTULO 4	44
O HORIZONTE HUMANISTA NA GEOGRAFIA E A FENOMENOLOGIA: O PROBLEMA DA “FENOMENOLOGIA GEOGRÁFICA”	
Josimar Monteiro Santos	
Luís Carlos Tosta dos Reis	
CAPÍTULO 5	53
OS CAMINHOS DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO: DA ANTIGUIDADE AO SÉCULO XXI.	
João Henrique Santana Stacciarini	
Laira Cristina da Silva	
CAPÍTULO 6	60
UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DO DISCURSO CIENTÍFICO DA GEOGRAFIA E A PROBLEMÁTICA ECONÔMICA DO ESPAÇO: BASES FILOSÓFICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS ¹	
Mariza Ferreira da Silva	
Luis Lopes Diniz Filho	
CAPÍTULO 7	71
PERSPECTIVAS EPISTÊMICAS NOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS CONTEMPORÂNEOS.	
Jacy Bandeira Almeida Nunes	
Antônio Carlos Vitte	
CAPÍTULO 8	80
CRÍTICO E CONSERVADOR: UMA ANÁLISE DE OS <i>PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS</i> DE YVES LACOSTE	
José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior	

CAPÍTULO 9	91
PERCEÇÃO DO ESPAÇO E A PAISAGEM: UM DIÁLOGO ENTRE AS GEOGRAFIAS CRÍTICA E HUMANISTA	
Gabriel Augusto Coêlho de Santana Rodrigo Dutra Gomes	
CAPÍTULO 10	101
A CIDADE DAS MULHERES FEMINISTAS: UM ESTUDO SOBRE GOIÂNIA (GO)	
Talita Cabral Machado	
CAPÍTULO 11	111
IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO SOB UMA PERSPECTIVA ESPACIAL	
Geórgia Fernandes Barros Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira Pedro Vasconcelos Maia do Amaral	
CAPÍTULO 12	130
A PERCEÇÃO DAS MULHERES QUILOMBOLAS SOBRE OS ESPAÇOS VIVIDOS NAS COMUNIDADES MOURA E BOA VISTA, ORIXIMINÁ-PA: UMA ANÁLISE DE GÊNERO.	
Maria Consuêlo Moreira	
CAPÍTULO 13	139
A LUTA E RESISTÊNCIA DAS LIDERANÇAS FEMININAS DO MNLM NA OCUPAÇÃO NOVA SANTA MARTA NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-RS	
Ana Justina da Fonseca Ziegler Benhur Pinós da Costa	
CAPÍTULO 14	149
TERRITÓRIO E GÊNERO NO CERRADO GOIANO: OS SABERES TRADICIONAIS DAS MULHERES CERRADEIRAS E SUAS RESISTÊNCIAS DIANTE DA EXPANSÃO CAPITALISTA	
Josie Melissa Acelo Agrícola Evandro César Clemente Nestor Persio Alvim Agrícola	
CAPÍTULO 15	159
“É A ÁGUA DO RIO QUE A GENTE USA PRA TUDO”: AS MULHERES RIBEIRINHAS DA COMUNIDADE DE NAZARÉ-RO E A RELAÇÃO COM AS ÁGUAS DO RIO MADEIRA	
Rúbia Elza Martins de Sousa Rita de Cássia Evangelista dos Santos	
SOBRE A ORGANIZADORA	168

A LUTA E RESISTÊNCIA DAS LIDERANÇAS FEMININAS DO MNLM NA OCUPAÇÃO NOVA SANTA MARTA NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-RS

Ana Justina da Fonseca Ziegler

Acadêmica do programa de pós-graduação da
Universidade Federal de Santa Maria.

Santa Maria, RS

E-mail de contato: aninha.ziegler-16@hotmail.com

Benhur Pinós da Costa

Docente do programa de pós-graduação da
Universidade Federal de Santa Maria.

Santa Maria, RS

E-mail de contato: benpinos@gmail.com

RESUMO: Este trabalho aborda o processo de urbanização brasileira que, ocorrido de maneira acelerada e desordenada, foi responsável por problemas urbanos de ordem social e econômica, definidos pela falta ou produção de um planejamento das cidades de maneira desigual e excludente. Em Santa Maria/RS, as ocupações da terra urbana tornaram-se um meio de moradia para os sujeitos que possuíam grandes famílias e precárias condições financeiras. Nessa perspectiva, o papel das mulheres ganha especial destaque e importância para a luta de moradia. O foco deste trabalho está nas quatro lideranças do gênero feminino do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, na Ocupação Nova Santa Marta. Esse texto é fruto de pesquisa de mestrado em andamento. Nossas principais fontes são o trabalho de campo realizado no mês de

maio de 2016, no qual uma liderança feminina respondeu algumas perguntas exploratórias.

PALAVRAS-CHAVE: Ocupação; Mulheres; Militância.

ABSTRACT: This work deals with the Brazilian urbanization process, which occurred in an accelerated and disorderly way, was responsible for urban problems of social and economic order, defined by the lack or production of a city planning in an unequal and excluding manner. In Santa Maria/RS, occupations of urban land became the means of housing for individuals with large families and precarious financial conditions. In this perspective, the role of women gains special prominence and importance for the struggle of housing. The focus of this work is on the four female leaders of the National Movement for Struggle for Housing in New Occupation Santa Marta. This text is the result of ongoing master's research. Our main sources are the fieldwork conducted in May 2016, in which a female leadership answered some exploratory questions.

KEYWORDS: Occupation; Women; Militancy.

1 | O PROBLEMA DA OCUPAÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO

As políticas habitacionais implementadas

durante a maior parte da História do País, raramente foram voltadas aos segmentos de baixo poder aquisitivo. Em geral, essas políticas acabaram por sempre beneficiar setores mais capitalizados e politicamente influentes. Esse fato levou as pessoas de segmento sociais de baixa renda a terem de ocupar áreas urbanas de forma irregular, enquanto táticas de sobrevivência. Este processo se acentuou a partir da segunda metade do século XX, devido a crescente expulsão dos trabalhadores do espaço rural.

As contradições de nossa urbanização, por outro lado, também levaram a classe trabalhadora a construir movimentos sociais populares urbanos, que, a partir da compreensão da dinâmica de exclusão social vigente, se organizaram para lutar pela reversão desse quadro de marginalização. Ao realizar ocupações, pautando direitos e reivindicando políticas públicas específicas à democracia urbana, esses setores postergados, articulados a projetos de luta pela igualdade política e distribuição de renda, defendem a bandeira da Reforma Urbana e do Direito à Cidade.

Embora a urbanização se dê praticamente no século XX, sob o regime republicano, as raízes coloniais calçadas no patrimonialismo e nas relações de favor, no mando coronelista, estão presentes nesse processo. Reina uma confusão em torno da questão fundiária e dos limites das propriedades em todos os municípios brasileiros. A terra é um nó no campo e também na cidade, já que a legislação é ineficaz quando contraria a interesses de proprietários imobiliários ou quando envolvem direitos sociais (MARICATO, 2000, p.150).

No Brasil, a luta pela chamada “reforma urbana” nasceu do abismo que divide os espaços (às vezes contíguos) reservados aos ricos e aos pobres em nossas cidades. Segundo (Maricato1997), o Movimento pela Reforma Urbana surgiu “de iniciativas de setores da igreja católica, como a CPT - Comissão Pastoral da Terra”, que se dedicava à assessoria da luta dos trabalhadores no campo e passou, a partir de uma primeira reunião realizada no Rio de Janeiro, no final dos anos 1970, a promover encontros destinados a “auxiliar a construção de uma entidade que assessorasse os movimentos urbanos”.

Santa Maria, de acordo com BOLFE (1997), é uma cidade marcada pela especulação imobiliária. Esse processo ocorreu de maneira muito intensa, no início dos anos de 1990, ante a negação de seus direitos básicos, como emprego, moradia, alimentação, saúde.

Organizadas junto ao Movimento Nacional de luta pela Moradia (MNLM), 36 famílias ocuparam uma área que não cumpria com sua função social: a antiga Fazenda Santa Marta. Essa ocupação ocorreu no dia 7 de dezembro de 1991. De acordo com Duguit (1975), significa que uma propriedade que a propriedade não tem mais um caráter absoluto e intangível e que o proprietário, pelo fato de possuir uma riqueza (propriedade), deve cumprir uma função social. Seus direitos de proprietário só estarão protegidos se ele cultivar a terra ou se não permitir a ruína de sua casa, caso contrário será legítima a intervenção do Estado no sentido de obrigar o cumprimento de sua função social.

A ocupação Nova Santa Marta representou um marco para as lutas de

democratização da terra urbana na cidade de Santa Maria e no Estado do Rio Grande do Sul. Para as famílias que ocuparam, isso representou trilhar um espaço vivido pautado na luta pelo direito à moradia e à melhores condições de vida relativo à reivindicação de serviços públicos urbanos de qualidade. Desobedecendo o poder público, a ocupação resistiu e se consolidou, crescendo cada vez mais, assim como algumas problemáticas intrínsecas a esse processo: ou seja, estar em uma ocupação significa que se está fora do espaço formal da cidade e, assim, sob os olhos de políticas públicas conservadoras, não se tem o direito aos serviços que são típicos das formas e funções urbanas.

De acordo com Campos Filho (1999), as políticas populares de ocupações urbanas se configuram como lutas de acesso social à terra urbana e moradia, porém são vistas pelo poder público como uma afronta ao acesso da terra dada pelo mercado. Comprar um lote de terra urbano é a condição jurídica hegemônica de formalidade da propriedade da terra. Isso coloca o acesso à moradia condicionada ao poder de compra e aos benefícios dos segmentos sociais de classes mais altas. Para Harvey (2005), a terra urbana se transforma em um valor de troca e é acessível aqueles que possuem capitais adequados ao tal consumo. A terra torna-se escassa na medida em que as populações urbanas crescem e estão assoladas pela desigualdade social. Como ponta do processo, a terra escassa adquire muito valor e se transforma em poupança segura às classes médias urbanas. Comprar terras significa investir com seguridade em situações sociais de flutuação e insegurança econômica.

Isso representa a especulação imobiliária que torna concentrada a terra nos poderes de segmentos sociais mais altos e escassa para segmentos sociais mais baixos. Em virtude deste processo, geram-se os conflitos urbanos entre classes sociais referente ao acesso desigual à terra e a moradia. Tais conflitos geram as ocupações. Por outro lado, o Estado, servindo primordialmente ao capital, desobriga-se de investir em serviços urbanos às terras ocupadas por aqueles que não tem capacidade de comprá-las ou pagar aluguel. Gera-se, assim, para aqueles que ocupam, um cotidiano de lutas contra à defasagem sobre as próprias condições do que representa morar na cidade: ter benefícios de pavimentação, saneamento básico, escolas, transporte, saúde e segurança.

Além disso, disseminam-se discursos conservadores sobre aqueles que estão no espaço ocupado. Como forma de defesa da condição capitalista de acesso ao solo urbano, classes médias e altas, mantendo o poder sobre as representações do espaço a partir do controle das mídias, significam as ocupações e quem habita nelas como invasões estabelecidas por marginais e criminosos. Dessa forma, estar em uma ocupação é ser assolado pela falta de condições adequadas de vida na cidade e ser qualificado como um sujeito criminoso. É por estas razões, que a vida em uma ocupação é um processo diário de luta. Tais lutas são travadas todos os dias por tais sujeitos em todas as esferas dos fazeres cotidianos, mas, também, incentivam a formas de organização mais planejadas, como a origem dos movimentos sociais

urbanos que aqui temos como exemplo o MNLM.

A área de estudo é a ocupação Nova Santa Marta, localizada na Zona Oeste da cidade. Atualmente, é um dos maiores bairros de Santa Maria- RS: possui uma área de 2.0714 km² e, conforme o IBGE (2010), a população é de 12.720 habitantes. A Nova Santa Marta é uma das maiores ocupações irregulares no Estado do Rio Grande do Sul. A história política de seus habitantes e a complexidade que envolve a produção deste espaço, o torna desafiador para um projeto de pesquisa e de extensão. Para um jovem habitante deste bairro, tem-se o sentimento negativo de habitar um espaço representado como irregular, o que o afasta dos projetos de lutas organizadas dos movimentos sociais que o fundaram. Para uma mulher, em uma sociedade tradicionalmente machista, ser de uma ocupação representa um elemento à mais na vivência de um cotidiano desigual e excludente. Nosso interesse é entender esta condição de ser mulher na ocupação Nova Santa Marta, que compreende relações singulares com o espaço ocupado e com as lutas e reivindicações sociais sobre a legalização da moradia e a infraestrutura urbana.

As mulheres da periferia enfrentam os desafios que se insurgem dentro da problemática de gênero e de luta de classes. É importante e necessário que as mulheres, principalmente as periféricas, deixem de formar parte do segmento invisível da sociedade e comecem a ser reconhecidas pelo resto da população. A relação das experiências vividas pelas mulheres no espaço urbano e em seu cotidiano deve ser levada em conta no cerne das pautas do movimento nacional de luta pela moradia, no qual as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho são ainda majoritariamente patriarcais.

A divisão sexual do trabalho não é um conceito novo: por muito tempo etnólogos usaram tal expressão para se referir à repartição complementar das tarefas entre homens e mulheres nas mais diversas sociedades estudadas. Porém, as antropólogas feministas ressignificaram tal conceito, “demonstrando que ela traduzia não uma complementaridade de tarefas, mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres” (KERGOAT, 2000, p. 1).

Dessa forma, nosso objetivo principal é entender o papel protagonista das mulheres na construção espacial e social do cotidiano da ocupação Nova Santa Marta. Assim, a pergunta principal que baliza a pesquisa é: “Como se insere a mulher e quais suas perspectivas na construção de contradições espaciais no Movimento Nacional de Luta pela Moradia na ocupação Nova Santa Marta em Santa Maria – RS? ”.

2 | AS RELAÇÕES DE GÊNERO ENVOLVENDO A OCUPAÇÃO NOVA SANTA MARTA NA CIDADE DE SANTA MARIA/RS

As relações de gênero são estruturadoras do espaço de ocupação urbana do bairro Nova Santa Marta e do Movimento Nacional de Luta Pela Moradia. Em primeiro lugar, o ser mulher está condicionado a um espaço social organizado

historicamente por relações de ordem patriarcal (SAFFIOTI, 1996), que impõe um machismo institucionalizado perante as relações sociais. Neste sentido, todo e qualquer movimento de resistência sobre determinada condição subalterna, tem-se o sujeito feminino como um elemento interseccional (CRENSHAW, 2002) que duplica tal condição marginal. Uma mulher habitante de uma ocupação urbana, enfrenta no seu cotidiano o peso dos papéis femininos a se desempenhar e da subalternidade em relação ao masculino. Uma mulher que se propõe lutar junto a um movimento social, que reivindica a democracia urbana para acesso à moradia, tem como atravessamento a sua própria condição de mulher frente aos domínios do masculino. A condição de habitação em um espaço irregular, que desobriga o Estado ao provimento de serviços urbanos, é duplamente sentida para as mulheres deste espaço em suas múltiplas jornadas como trabalhadoras e provedoras da casa.

Por esta situação, ser mulher em uma periferia urbana irregular representa um duplo atravessamento de desigualdades sociais daquelas que atingem os homens. As reivindicações femininas são de outras ordens em relação àquelas masculinas. Por outro lado, mesmo mantendo a duplicidade da marginalização social em tal espaço, as mulheres são, geralmente, menos ouvidas do que os homens, que acabam por tomar as posições de lideranças e de poder de fala frente aos movimentos sociais.

A compreensão dos aspectos culturais que envolvem a dominação do patriarcado-racismo-capitalismo perpassa a definição de gênero, que vai além da diferenciação dos sexos, pois consideramos que “gênero é a produção social e a construção cultural do sexo biológico, como representação da imagem do poder relacional do homem e da mulher na sociedade” (SAFFIOTI, 1996, p.48). Quando se consegue ter voz nos espaços cotidianos, há uma motivação pela busca de ser considerada como uma cidadã de uma sociedade na qual ainda persiste essa imposição de quem e como se deve ser. Nessa relação de espaço, a mulher sofre várias contradições quando os sujeitos se identificam com a luta, a causa vai além de qualquer ideologia, quando o outro se coloca no lugar do oprimido.

Entende-se que mulheres e homens sofrem com a falta de serviços públicos, como saúde, moradia e educação nas ocupações. Porém, a mulher, de forma específica, sofre mais que o homem. É importante destacar que em muitas famílias elas são as chefes, tanto pelo fato de não possuírem um companheiro, quanto pelo fato de serem elas as provedoras econômicas da família. As mulheres sofrem mais que os homens nos longos percursos de ônibus, pois, além do aperto, sofrem abuso sexual. Sofrem mais que o homem em contextos educacionais, uma vez que elas são quem cuidam da vida escolar dos filhos. Sofrem mais também na questão da saúde pública, pois, precisam utilizar desse serviço para questões ginecológicas. Sofrem mais quando os filhos morrem ou entram para o tráfico de drogas, ou ao subir a rua escura, já que seu maior medo não é o assalto, mas o estupro.

Apesar de estarmos no século XXI, as inúmeras discussões sobre a “natureza” ou “essência” das coisas continuam a persistir, independentemente de nossa

capacidade de direcionar, variavelmente, as sociedades e culturas, organizações sociais, institucionais, comportamentais. Continuamos a buscar explicações para o nosso comportamento na essência na sociedade. Na perspectiva de Beauvoir, a demarcação da diferença dos sexos não precede a interpretação daquela diferença, mas essa demarcação é um ato interpretativo carregado de pressupostos normativos sobre um sistema binário de gêneros.

Ser um sujeito soberano e único no meio de um universo de objetos, eis o que ele (o indivíduo) compartilha com todos os seus semelhantes; a seu turno objeto para os outros, ele nada mais é, na coletividade de que depende, que um indivíduo. Desde que há homens e que eles vivem, todos experimentaram essa trágica ambiguidade de sua condição; mas desde que há filósofos e que eles pensam, a maioria deles tentou mascará-la. (BEAUVOIR, 1980, p. 10).

O “machismo” ainda, infelizmente, está presente em nossa sociedade. Entretanto, o cotidiano brasileiro revela que a identidade feminina está conquistando, cada vez mais, o seu espaço social em busca do seu fortalecimento de pertencimento e visibilidade. As lideranças femininas da ocupação são aquelas que, depois de oito horas de trabalho e horas no transporte público, ainda passam roupa e ninam o bebê, que vão até o posto de saúde atrás de remédios e para agendar consultas para muitos meses depois. Essas mulheres são ainda são operárias, empreendedoras, manicures, estudantes, costureiras, professoras, empregadas domésticas, são esposas, mães, irmãs, primas, tias, comadres, vizinhas. Majoritariamente, são pobres, pretas, brancas, periféricas.

Conforme afirma Castells (1999), a presença da mulher é muito importante para as lutas dos movimentos urbanos. Contudo, é problemático quando acaba se centralizando a visibilidade da liderança do movimento nos homens.

A subjetividade feminina quanto a experiências de luta é uma dimensão reveladora do processo de construção social de novas identidades coletivas através de conflitos urbanos. Os movimentos sociais das décadas de 70 e 80 tornaram visíveis e perceptíveis as diferentes identidades coletivas de segmentos das classes populares. As mulheres faziam parte da produção social dessa nova identidade coletiva partindo de suas bases territoriais diárias transformadas em bases para a ação coletiva. Elas conferiram ao processo de construção da identidade coletiva a marca dos múltiplos significados, motivações e expectativas do gênero feminino, um conjunto complexo de significados encontrados nos movimentos urbanos. Mesmo quando as questões de gênero não são explícitas e quando seus quadros constitutivos são mistos e os homens assumem a liderança como símbolos (CASTELLS, 1999, p. 223).

Na História, os movimentos de resistência e luta dos trabalhadores tomam conteúdos distintos e formas específicas, gerando tipos de coletividades distintas, que ora combinam-se, ora distinguem-se ou confrontam-se em relação ao processo de exploração/opressão. A dificuldade está na construção de uma “unidade” de classe que fortaleça os trabalhadores/as na luta hegemônica contra o capital e a sociedade burguesa. As mulheres através de suas lutas vêm conquistando seus espaços, e nestas lutas não se incluem apenas as questões específicas da condição da mulher no

ambiente social, mas todos os desafios pelos quais passa a sociedade atual, porque entende-se que a independência da mulher é a condição básica para uma sociedade mais justa.

As intenções de articular a ocupação urbana Nova Santa Marta com lutas femininas sempre se basearam no alcance de condições de igualdade, mas a própria organização política era baseada em um modelo masculino e de poder patriarcal. Percebe-se, assim, que o sujeito universal masculino sempre esteve à frente da arena de decisões, sejam elas políticas, sociais ou domésticas.

Ocorre que desde as sociedades pré-capitalistas, as mulheres participavam do sistema produtivo, embora jurídica, social e politicamente estivessem as mulheres em condição inferior ao homem. De acordo com Saffioti (2004), “enquanto a produtividade do trabalho é baixa (isto é, enquanto o processo de criação da riqueza social é extremamente lento), não se impõe à sociedade a necessidade de excluir as mulheres do sistema produtivo”.

Para entender este processo é necessário compreender a relação de ocupação do espaço, sobre a forma de exclusão social dentro da lógica do sistema capitalista de apropriação. Conforme sublinha Maricato (2000), no Brasil, grande parte da população concentra-se em morros, várzeas ou mesmo planícies, espaços em que a pobreza é homogênea, áreas que deveriam ser preservadas.

Cabe ressaltar que ações do governo, redução dos investimentos habitacionais, fragilidade ou ausência das políticas urbanas, fundiária ou habitacional e dos instrumentos de intervenção urbana tem contribuído para a manutenção de um quadro urbano marcado por conflitos entre modernização, exclusão e desigualdades.

A intensidade e as características da urbanização em todo o mundo geraram dois grandes problemas nesse final de século: a questão urbana e a questão ambiental, seja da cidade ou do campo, é problema antigo e sempre existiu na história da humanidade. O que é novo, neste final de século, é a intensidade dos processos de degradação ambiental que acompanham a urbanização, resultando em crescente vulnerabilidade das cidades, problema agravado pela intensidade da concentração urbana (BONDUKI, 1996, p. 28).

A falta de alternativas de moradia popular e de lotes urbanos a preços acessíveis, principalmente nas grandes cidades, e conseqüentemente em cidades de médio porte, força grupos mais pobres da população a ocupar ilegalmente espaços impróprios para assentamentos. Espaços impróprios, como encostas íngremes, várzeas inundáveis, beira de rios e cursos d'água, áreas de proteção de mananciais, áreas de risco para o tipo de moradia precária dessa população, risco agravado pela ausência de infraestrutura.

Quando as mulheres conseguem ter voz nos espaços cotidianos, há uma motivação pela busca de ser considerada como uma cidadã de uma sociedade na qual ainda persiste essa imposição de quem e como se deve ser. Nessa relação de espaço, a mulher sofre várias contradições quando os sujeitos se identificam com a luta. A causa vai além de qualquer ideologia, quando o outro se coloca no lugar do oprimido.

As ações coletivas femininas são pouco estudadas pela academia e ineficazmente consideradas pelas políticas públicas de nosso país. Estes foram os motivos que muniram a proposição dessa pesquisa. O relato de Nilda Marlize Ribeiro, Representante Estadual do RS do Movimento Nacional de Luta Pela Moradia, apresenta que essas contradições espaciais e sociais são presentes na ocupação da Nova Santa Marta:

(...)eu acho que a diferença além construir outras alternativas no coletivo as mulheres têm uma forma diferente de tocar uma ocupação, elas têm mais sensibilidade, elas conseguem ver diferente dos homens. Os homens no geral se preocupam na constituição da ocupação mas não se preocupam não tão detalhadamente de como se organiza aquela ocupação no sentido que todos tenham o conhecimento os fatos que todos consigam ter acesso a saúde e informação, escola estrutura, as mulheres fazem a ocupação fluir pois quanto se tem que mediar os conflitos que ocorrem dentro da Nova Santa Marta. A estrutura diferenciada naturalmente já é diferenciada normalmente as mulheres tem que cuidar da casa, dos filhos e as vezes do marido e da militância. Infelizmente ainda somos oprimidas e os homens ainda são os que menos fazem a parte prática e coletiva dentro de casa. (Relato de Nilda Marlize Ribeiro, Representante Estadual do MNLM no RS).

A participação das mulheres nas ocupações sempre teve um grande papel, pois muitas dessas mulheres são chefes da família e tiveram muita coragem de enfrentar chuva, fome e a repressão da polícia, vivendo de baixo da lona por muito tempo. Atualmente, são, ao total, quatro ocupações do MNLM no município, nas quais existe uma forte representação de mulheres ativistas do movimento.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre regulamentação fundiária é complexo pois é empregado em sua estrutura real a um interesse político e estratégico que acaba por não beneficiar os movimentos sociais urbanos. Temos de ser realistas, os movimentos sociais não se pautam em somente ocupações de terrenos e prédios. As ocupações surgem como resposta a uma forma de pressão, haja vista que sua maior preocupação é garantir o direito à cidade para todos os cidadãos, bem como o cumprimento da legislação brasileira. Apesar dos avanços conseguidos, muitos desses cidadãos não possuem os básicos direitos da cidade assegurados, pois os acessos e as oportunidades a eles continuam a ser regidos de acordo com as leis do mercado. Os moradores da ocupação Nova Santa Marta estão esperando há 27 anos a regulamentação de seus terrenos, assim como um saneamento básico de qualidade, uma mobilidade urbana digna e espaços de lazer para a juventude. Essa situação se agrava com governos conservadores que dizem aplicar o Estatuto da Cidade, mas não o fazem, descumprindo a legislação.

Podemos ainda afirmar que as pessoas de periferia são utilizadas como uma mão de obra barata para o desenvolvimento da cidade de Santa Maria – RS. As mulheres, no caso da Nova Santa Marta, se deslocam de suas residências diariamente para trabalhar como empregadas domésticas, dentre tantas outras funções. Elas, muitas

vezes, são vistas como apenas serviçais. Por outro lado, elas são discriminadas pelo resto da sociedade elitizada, uma vez que inúmeras mulheres da ocupação são negras e sofrem preconceitos em seus empregos, e mesmo até abusos verbais. As lutas femininas da periferia são de grande importância, pois o espaço de resistência está presente em seu cotidiano desde o momento de seu nascimento.

No caso de Santa Maria – RS, o espaço urbano não difere da maioria das cidades brasileiras. A cidade possui um aumento das ocupações desorganizadas em locais de proteção ambiental ou áreas de risco. Em relação a outras ocupações em outras cidades do Estado do Rio Grande do Sul, a ocupação Nova Santa Marta se traduz por uma história de luta por benefícios e serviços urbanos há muito tempo. Tantos anos de reivindicações ainda não foram suficientes para se alcançar a produção de um espaço social digno de habitação. Percebemos uma história de desatenção e violência pública em relação a esta população, nos sucessivos governos da cidade. Quando comparamos os limitados avanços de décadas de luta das lideranças do MNLM da Nova Santa Marta em relação a outras ocupações localizadas em cidades como a de Porta Alegre, percebemos que a governabilidade do município de Santa Maria, no decorrer do tempo, se demonstrou extremamente conservadora e prestativa as necessidades de produção capitalista do solo urbano, em detrimento a uma política séria de democratização do solo urbano. Por esta evidência, concluímos o teor conservador das políticas urbanas para esta cidade, que inviabiliza a conquista dos direitos civis para população de segmentos sociais de baixa renda. Sabemos, assim, da importância destas lideranças, em especial as mulheres do MNLM, para a debate sobre a democracia do acesso à terra urbana neste contexto da cidade de Santa Maria.

Dessa forma, percebemos que o maior problema, certamente, não foi ocupar, mas manter uma organização com a rápida expansão e crescimento populacional em tão curto período de tempo. O MNLM tem tentado articular o direito à moradia e à condição digna de se viver em uma cidade que discrimina o espaço conquistado com muita luta. A ocupação da Nova Santa Marta foi composta por homens e mulheres, contudo, muitas mulheres que ajudaram e atualmente estão na construção dessa ocupação ainda são invisíveis, devido ao sistema patriarcal que se instala em todos os espaços do cotidiano.

Estamos vivendo em uma sociedade cujos valores sociais básicos ao cidadão estão em crise, as relações sociais são injustas. Muitos sofrem condições de exploração e poucos participam das decisões do seu próprio espaço. Além disso, quando pensamos na relação de gênero dentro da ocupação na Nova Santa Marta, não temos a noção da diversidade de necessidades que o mesmo espaço causa aos moradores. A luta por igualdade e o direito a uma vida digna na cidade é diária. Cada cidadão que mora na ocupação é um sujeito único, contudo, sua participação efetiva para o desenvolvimento não seria possível se não existisse o mínimo de união. Queremos dar voz à história das mulheres militantes do MNLM que foram importantes

para que esse espaço fosse minimamente realizado em coletivo real.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**, v.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOLFE, S. A. **Expansão Urbana de Santa Maria,RS: uma avaliação da adequabilidade do uso do solo**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 156p. Universidade de São Paulo, SP, 1997.

BONDUKI, Nabil (org.). **Habitat: as práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras**. São Paulo, SP: Studio Nobel, 1996.

CAMPOS Filho, C. M. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos**. São Paulo: Studio Nobel.4.1999.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura - v. 1**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**. Ano 10. Florianópolis: primeiro semestre, 2002

DUGUIT, Leon. **Las transformaciones del Derecho Publico y Privado**. Buenos Aires: Editorial Heliasta S.R.L., 1975.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo. Annablume, 2005.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo**. In: Dictionnaire critique du féminisme. Paris: Ed. Presses Universitaires de France, 2000.

MARICATO, E. 1997. “ **Reforma Urbana: Limites e Possibilidades. Uma Trajetória**”. Ribeiro, Luiz César de Queiroz e Orlando Alves dos Santos Jr. (orgs). Globalização, Fragmentos e Reforma Urbana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 309-325.

MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2º ed. 2000.

SAFFIOTI, H. I.B. **Violência de Gênero no Brasil: Conceitos versus Dados**, CD da SBPC 48. 1996.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero e patriarcado: violência contra as mulheres**. In G. Venturini, M. Recaman, & S. Oliveira (Orgs.), A mulher brasileira nos espaços público e privado (pp. 43-59). São Paulo: Editora e Fundação Perseu Abramo. 2004.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-80-2

